

País vê saídas para dívida

BRASÍLIA — O Brasil já estuda três alternativas para a redução da dívida externa da América Latina, que serão discutidas na reunião nos dias 11 e 12 de dezembro entre os sete ministros da Fazenda dos países que compõem o Grupo dos Oito (o ministro do Panamá não irá participar em função do golpe militar que depôs o presidente constitucionalmente eleito). As propostas, segundo o secretário de Relações Internacionais do Ministério da Fazenda, Sérgio Amaral, visam encontrar uma solução de mercado viável para a redução da dívida da América Latina, que está em torno de US\$ 450 bilhões.

As alternativas em discussão pelo governo brasileiro não trazem muita inovação. Uma delas seria a redução da dívida via emissão de bônus de saída, que já está prevista no acordo da dívida brasileira, e da conversão da dívida externa em investimento, também em vigor e que, neste ano, chegou a US\$ 5 bilhões entre as operações formais (US\$ 3 bilhões) e informais (US\$ 2 bilhões). Já os bônus de saída, segundo Amaral, tiveram adesão de mais de cem bancos e reduziu a dívida em US\$ 1 bilhão.

Esta alternativa, que será discutida na reunião dos sete ministros dos principais devedores da América Latina — Brasil, Peru, Argentina, Uruguai, Venezuela, Equador e México —, prevê também o lançamento de novos bônus de saída e a securitização da dívida (transformação da dívida em bônus). Ainda nesta proposta está a idéia de se converter a dívida por um novo título, com a fixação de um desconto prévio. Os bancos credores teriam a opção de receber o pagamento em mercadoria, mas no valor do título com desconto.

A segunda alternativa prevê a compra da dívida dos países da América Latina por organismos internacionais, como Banco Mundial (Bird) Fundo Monetário Internacional (FMI). Por esta proposta, estes organismos comprariam as dívidas latino-americanas no mercado secundário, com desconto, e as revenderiam aos países devedores, repassando este desconto. Esta idéia, segundo Amaral, "é o centro da proposta do presidente da França, François Mitterrand", e é bem aceita pelo governo japonês e pelo Congresso dos Estados Unidos.